



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MESP - POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE OPERAÇÕES AÉREAS - SOAR/CAOP/DIREX/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5814914/2018-SOAR/CAOP/DIREX/PF

Processo nº 08211.001134/2018-10

1. **OBJETO**

1.1. Contratação de **Centro(s) de Treinamento de Aviação Civil (CTAC)**, assim definido e exigido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para prestação do serviço de **TREINAMENTO DE RECICLAGEM** para a revalidação das habilitações de 4 (quatro) pilotos em comando da aeronave **KING AIR 350**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)
1	<b>Treinamento de Reciclagem</b> , para 04 (quatro) servidores policiais, que compreende o <b>Treinamento de Solo e Treinamento de Voo em Simulador</b> , referente à aeronave <b>King Air 350</b> , de acordo com as exigências das Autoridades Aeronáuticas Brasileiras e conforme a Regulamentação Aeronáutica Brasileira (RBAC) específica.	<b>371.627,29</b>

1.2.

**Especificação do Objeto**

1.2.1. O serviço de **Treinamento de Reciclagem** para pilotos da aeronave e King Air 350i ER PL21, compreende a execução de Treinamento de Revalidação de Habilitação de tipo "BE30" de acordo com o preconizado na parte **61.215 (b) do RBAC 61, Emenda 07** (emitido pela ANAC em 21/12/2017)

1.2.2. O treinamento de revalidação deve ter homologação da ANAC e possuir o seguinte conteúdo, POR PILOTO:

**a) Treinamento de Solo (groundschool)**, especializado na aeronave KING AIR 350, aprovado e homologado pela ANAC com no mínimo de 12 (doze) horas-aula;

**b) Treinamento de voo**, a ser realizado em simulador de voo, do tipo "fullmotion", classe "D", da aeronave KING AIR 350, homologado e qualificado pela ANAC, com carga horária de no **mínimo 12 (doze) horas**, dividido da seguinte forma:

**b.1)Mínimo de 06 (seis) horas-técnicas** na função "pilotflying"(Fly Simulator, Full Motion, "D" class);

**b.2)Mínimo de 06 (seis) horas-técnicas** na função "pilotnotflying" / "pilotmonitoring"(Fly Simulator, Full Motion, "D" class);

**c) No mínimo 6 (seis) horas-aula** de instrução sobre planejamento e avaliação de voo (**briefing e debriefing**);

**d) No mínimo 02 (duas) horas-técnicas em cada aeronave** em simulador de voo (Fly Simulator, Full Motion, "D" class) da aeronave KING AIR 350 para efetivação de **voo de exame de proficiência, voo de cheque de pilotos** a ser efetuado por examinador credenciado do CTAC junto à ANAC ou inspetor da ANAC – conforme preconizado pelo item (2)(a) 61.215 do RBAC 61 - ANAC;

**e) Curso teórico de PBN (Performance Based Navigation) e RVSM (Reduced Vertical Separation Minimum)** homologados pela ANAC.

**Tabela 01 – Especificação do objeto**

Item	QUANTIDADE MÍNIMA DE HORAS AULA POR TRIPULANTE, POR ANO	OBJETO	QUANTIDADE DE TRIPULANTES
<b>01</b>	<b>12</b>	Ground School Training	<b>04</b>
	<b>06</b>	Planejamento e avaliação de voo (briefing e debriefing)	
	<b>12</b>	Treinamento em simulador classe "D"	
	<b>02</b>	Cheque em Simulador	
	<b>-</b>	Treinamento de PBN e RVSM	

1.2.3. Os treinamentos de reciclagem para revalidação de tipo BE30 devem ser realizados inteiramente em Centro de Treinamento de Aviação Civil (CTAC), aprovado e homologado pela ANAC como tal, cujo curso deve estar incluído na "LISTA DE TREINAMENTOS DE TIPO APROVADOS PELA ANAC" Sei nº 5819411, publicado no site da ANAC, quando da data de sua habilitação para a participação do certame licitatório.

1.2.4. As especificações descritas no Termo de Referência atendem aos requisitos de homologação exigidos pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme disposto na sub-parte 61.215 (b) do regulamento RBAC 61, que determina que o treinamento para revalidação da habilitação de tipo (BE30) seja realizado em Centro de Treinamento de Aviação Civil (CTAC) devidamente aprovado e homologado por aquele órgão. Diante disso, as únicas empresas com condição de participar do referido certame, são as empresas constantes no rol de homologação daquela Agência.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Necessidade da contratação do serviço

2.1.1. A Polícia Federal, por meio da Coordenação de Aviação Operacional (CAOP), opera uma aeronave King Air 350. Essa aeronave, juntamente com outras da Polícia Federal, possibilitam diversas aplicações nas operações policiais em todo o território nacional.

2.1.2. Como toda aviação brasileira, exceto a aviação militar, a utilização e as operações das aeronaves brasileiras são reguladas e fiscalizadas pela ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), por intermédio de seus regulamentos (RBAC – Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil).

2.1.3. Segundo a regulamentação brasileira, instituída pela ANAC no RBAC 61, subparte K, é exigido para a revalidação das habilitações dos pilotos, para a aeronave King Air 350, que o treinamento de solo e de voo (em simulador) sejam conduzidos em CTAC (Centro de Treinamento de Aviação Civil) aprovados e homologados. A validade da revalidação é de 12 (doze) meses.

2.1.4. A aeronave Beechcraft KING AIR 350 (BE30) são classificadas como tipo pela ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil). O RBAC 61 regulamenta a matéria como segue:

***“61.215 Revalidação de habilitação tipo***

*(b) Os treinamentos de solo e de voo para revalidação devem ser conduzidos em um CTAC;”*

2.1.5. Em pesquisa no sítio da ANAC, foi obtida lista atualizada (anexo) com os CTACs homologados para a prestação do curso de treinamento de reciclagem na aeronave tipo BE30 que possuem simuladores categoria D.

### 2.2. Quantitativo de serviço demandado

#### 2.2.1. **Da quantidade de servidores**

2.2.1.1. Para manter um nível de operacionalidade, a Coordenação de Aviação Operacional, necessita manter a proficiência dos atuais pilotos da aeronave KING AIR 350. Este instrumento visa a contratação de curso para atingir este nível de operacionalidade com um mínimo de segurança exigido e cumprindo todos os regulamentos legais. Atualmente na Polícia Federal existem 04 (quatro) pilotos habilitados no King Air 350. Por exigência legal da ANAC, essas habilitações necessitam ser revalidada a cada 12 (doze) meses. Sendo assim, segue a listagem nominal dos pilotos que necessitam realizar o curso, com as respectivas validades da habilitação dos pilotos na aeronave.

Tabela 02 – PILOTOS		
NOME	HABILITAÇÃO	VALIDADE
APF André Ricardo de Almeida Vilela	BE30	31/12/2017
APF Almir dos Anjos Filho	BE30	31/12/2017
APF Ivo José dos Santos Neto	BE30	31/03/2018
APF Leonardo Araújo Lisboa	BE30	31/03/2018

2.2.2. Quando os Centros de Treinamento recebem a aprovação da ANAC para ministrar os cursos de aeronaves Tipo, os mínimos de horas já são respeitados para atender a revalidação de habilitação de pilotos. Mesmo assim, a CAOP/DIREX/PF, possui os programas de treinamento aprovados pela Direção Geral da Polícia Federal onde constam todos os requisitos e como deverão ser aplicados os treinamentos relativos à aeronave KING AIR 350. A carga horária mínima estabelecida nos programas de treinamento da Polícia Federal foi baseada na quantidade de horas estabelecidas pelos programas de treinamento das empresas homologados pela ANAC.

#### 2.2.3. **Da quantidade de horas**

2.2.3.1. O Programa de Treinamento Operacional do KING AIR 350, *aprovado pelo Diretor-Geral da Polícia Federal no Capítulo 2 (Treinamento Periódico)* prevê os seguintes cursos:

#### 2.2.3.2. **Reciclagem KING AIR 350 Proline 21**

- Treinamento de PBN/RNP e de RVSM – Tempo de instrução definido conforme programa da empresa** - Descrição dos equipamentos associados, técnicas de operação e procedimentos operacionais para a operação nas modalidades PBN – RNP e RVSM adaptado ao equipamento Proline 21.
- Ground School** – 12 (doze) horas de instrução - Será realizado na fase teórica do treinamento em simulador de voo.
- Instrução Inicial em Simulador de Voo – 12 (doze) horas** de instrução, sendo 6 (seis) no assento da esquerda e 6(seis) horas no assento da direita, relativas a 6 (seis) seções de 02 (duas) horas cada.
- Planejamento (briefing e debriefing)** – 06 (seis) horas – Serão abordadas técnicas e procedimentos que serão aplicadas no voo e, após o voo, serão feitos comentários sobre o desempenho do aluno.
- Cheque em simulador** – 2 (duas) horas – Tempo de simulador destinado ao voo de avaliação e concessão da habilitação de tipo BE30.

2.2.4. Para manter a operacionalidade da aeronave KING AIR 350 da Polícia Federal, é necessário que haja em atuação uma equipe mínima de pilotos em operação. Por exigência da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) via seus RBAC's (Regulamento Brasileiro de Aviação Civil) – RBAC 61, item 61.125, parte (b), há a obrigatoriedade que o treinamento de solo e o treinamento de voo (em simulador) sejam fornecidos em **Centro de Treinamento de Aviação Civil (CTAC)** aprovado e homologado por aquela Agência Reguladora.

### 2.3. Dos benefícios diretos e indiretos da contratação

2.3.1. Caso não haja a reciclagem e a revalidação das habilitações dos atuais pilotos do KING AIR 350, a aeronave não poderá mais ser operada e haverá prejuízo em razão do seu não atendimento, prejudicando as missões, inclusive as de caráter emergencial.

2.3.2. O **benefício direto** da contratação de empresa para atender a formação em questão é manter a operacionalidade mínima da CAOP/PF em termos da aeronave KING AIR 350.

2.3.3. Dentre o rol de **benefícios indiretos** da contratação estão: -a não paralisação da aeronave KING AIR 350; - difusão da doutrina de conhecimento e treinamento; - manutenção de proficiência nos equipamentos específicos; - atendimento à regulação inerente à aviação civil; entre outros.

### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. Todos os serviços fornecidos pela contratada devem ser realizados conforme os mínimos estabelecidos nos itens 1.2.1 e 1.2.2 (“a” e “e”), além de todo o necessário para a homologação pela ANAC dos cursos teórico e de simulador do KING AIR 350.

4.1.2. Os serviços constantes nesse instrumento deverão ser prestados anualmente pela contratada, de acordo com a necessidade da contratante e de acordo com os termos e quantidades estabelecidos neste instrumento.

4.1.3. Os serviços da contratada devem respeitar também os constantes no programa de treinamento desta instituição (em anexo), quanto aos quesitos da parte de “*ground-school*” e “simulador de voo”, mais especificamente do item VI do Capítulo 3 da Seção 2.

4.1.4. O curso teórico do KING AIR 350, a instrução sobre planejamento, a avaliação de voo e o treinamento em simulador de voo deverão ser executados com duração mínima de 3 (três) dias e no máximo de 10 (dez) dias, conforme as grades curriculares apresentadas pelas empresas homologadas;

4.1.5. Os prazos previstos para execução dos serviços poderão ser aumentados, com a concordância da CAOP/PF, nos casos supervenientes e de força maior, desde que devidamente justificado pela empresa;

4.1.6. Os voos de simulador deverão ser acompanhados com instrutor homologado no equipamento contratado;

4.1.7. Nos voos contratados no simulador, a função “pilotnotflying” / “pilotmonitoring” (alínea b.2 do item 1.2.2,) será ocupado por tripulante-aluno da contratante (CAOP/PF), contando estas horas para cumprimento dos itens 1.2.2 (“b” e “d”).

### 5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

#### 5.1. Da Capacitação Técnica para Contratação

5.1.1. A empresa contratada deverá:

5.1.1.1. possuir registro ou inscrição na Agência Nacional de Aviação Civil– ANAC, de forma a comprovar o seu vínculo com a atividade aeronáutica;

5.1.1.2. ser qualificada como CTAC - Centro de Treinamento de Aviação Civil apta para o fornecimento de treinamento da aeronave KING AIR 350;

5.1.1.3. Estar incluída na “*Lista de treinamento de tipo aprovado pela ANAC*”, ([http://www2.anac.gov.br/Arquivos/pdf/Lista\\_de\\_Treinamentos\\_de\\_Tipo.pdf](http://www2.anac.gov.br/Arquivos/pdf/Lista_de_Treinamentos_de_Tipo.pdf)) – Treinamento Periódico – Aviões, para a aeronave BE30.

5.1.1.4. apresentar comprovação de qualificação do simulador junto à ANAC no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação do extrato de contrato no DOU.

5.2. Os cursos teóricos (Treinamento de solo - *GroundSchool, PBN/RNP e RVSM*) e treinamento de voo em simulador de voo (*Full Motion, Fly Simulator*) devem estar qualificados junto à ANAC para a aeronave KING AIR 350.

5.3. No caso de representante de empresa estrangeira, comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração, emitida por órgão competente.

5.4. As horas técnicas de treinamento em simulador de voo deverão ser realizadas em equipamento no mínimo classe “D”, referente ao modelo KING AIR 350 com sistema de movimentação total (*Flight Simulator, Full Motion, “D” Class*), para que permita o total aproveitamento dos conhecimentos da aeronave, agilizando também o processo de obtenção e/ou renovação do Certificado de Habilitação Técnica (CHT) do Tipo pelos Pilotos.

### 6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1. O primeiro parâmetro a ser avaliado é a homologação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), para a aeronave KING AIR 350. A empresa deve demonstrar a homologação para a assinatura contratual;

6.1.2. Após cada fase do curso, deverá ser comprovado por meio de avaliação, a proficiência adquirida pelos participantes dos cursos e emitido o certificado de conclusão daquela fase específica (*groundschool, PBN/RNP e RVSM* e simulador);

6.1.3. A contratada deve possuir corpo docente de instrutores habilitados e com experiência tal que não comprometa a qualidade da instrução, tanto na fase teórica quanto na fase de simulador de voo;

6.1.4. É de responsabilidade da contratada o exame de proficiência exigido pela ANAC para concessão da habilitação na aeronave KING AIR 350. Devendo para tal fornecer examinador credenciado habilitado que deverá preencher a FAP (Ficha de Avaliação) conforme padrões estabelecidos pela ANAC;

6.1.5. O simulador deve ser realizado em simulador “*Full Motion*”, classe “D”, qualificado e válido pela ANAC, conforme item 1.2.2 e 5.2;

6.1.6. Os serviços constantes neste instrumento serão realizados integralmente na estrutura da empresa contratada, conforme previsto neste termo de referência.

### 7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. Todos os materiais didáticos necessários na execução dos serviços de instrução deverão ser fornecidos pela empresa, arcando com todos os ônus decorrentes;

### 8. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

8.1. A execução dos serviços será iniciada após a publicação do Extrato do Contrato no Diário Oficial da União, devendo a Contratada aguardar a indicação dos policiais designados para o curso, que serão apresentados através de comunicação oficial emitida pela Coordenação de Aviação Operacional – CAOP/DIREX/PF.

8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.3. Os serviços serão recebidos definitivamente após a conclusão do curso teórico e do simulador de voo (com a devida emissão dos certificados de conclusão) e do referido exame de proficiência realizado por examinador credenciado ou INSPAC (com a emissão da FAP - ficha de avaliação), após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.4. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### 9. **PRAZO DE EXECUÇÃO**

9.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado desde que ocorra alguns motivos elencados no art. 57, § 1º da lei 8.666/93.

#### 10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, § 8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008;

10.6. Informar através de Notificação Oficial os policiais designados como participantes do curso de treinamento.

#### 11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

11.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

11.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

11.9. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

11.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.17. Os serviços deverão ser efetuados de acordo com as normas e padrões da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), bem como de toda legislação aplicável;

11.18. A futura contratada apresentará no período máximo de 07 (sete) dias após a assinatura do contrato, a programação dos cursos, com suas respectivas disponibilidades de vagas aos servidores da Polícia Federal;

- 11.19. Todos os custos com relação às instalações onde serão ministrados o curso teórico e o simulador, serão de inteira responsabilidade da Contratada;
- 11.20. Caso o curso ministrado seja na língua inglesa, o custo com a tradução do curso para 4 (quatro) pilotos de King Air 350 serão de responsabilidade da Contratada;
- 11.21. Todos os custos com as taxas de cheques de equipamento realizados no simulador cobradas pelo órgão regulador (ANAC) serão de responsabilidade da Contratada.
- 11.22. A Contratada deverá disponibilizar um checador homologado no equipamento King AIR 350 e IFR (*"InstrumentFlightRules"*), para realização dos procedimentos de cheque de equipamento realizados pelos pilotos no final do treinamento. O custo com o checador é de responsabilidade da Contratada.
- 11.23. Apresentar toda a documentação necessária à ANAC para a realização do cheque inicial dos pilotos.
- 11.24. Assumir responsabilidade pelo pagamento de eventuais taxas exigidas pelo governo dos EUA no que se refere a cadastramento dos pilotos no TSA (Transportation Security Administration).
- 11.25. Comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração emitida por órgão competente, no caso de representante.

## 12. SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. É permitida a subcontratação do objeto, até o limite de 20%(vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 12.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;
- 12.1.2. Quando os cursos teóricos (treinamento de solo-"groundschool", PBN/RNP e RVSM) e treinamento de voo em simulador de voo em questão forem homologados pela ANAC em empresa estrangeira sem filial ou escritório no Brasil mas que possua representante oficial no território nacional, tal representante poderá subcontrata-la. Neste caso a empresa brasileira fornecerá os serviços de: - assessoramento e agendamento dos cursos com a empresa estrangeira; - desembaraço internacional; - pagamento de taxas aeronáuticas brasileiras e/ou taxas estrangeiras; - impostos; contratação de serviço de tradução para a língua portuguesa; - entre outros.
- 12.1.3. No caso do item 12.1.1 fica limitado a subcontratação somente a parte referente aos cursos homologados pela ANAC, conforme especificado no item 1.2.
- 12.2. Nos casos de empresa brasileira ou estrangeira com filial e/ou escritório no Brasil é vedado a subcontratação devendo fornecer o serviço por completo.
- 12.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.
- 12.4. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;
- 12.5. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:
- 12.5.1. Apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para a regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
- 12.5.2. Substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
- 12.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 12.7. Não será aplicável a subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

## 13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 14.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 14.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.
- 14.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.10. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

14.10.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao Coordenador da CAOP, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes;

14.10.2. O atesto das Notas Fiscais/Faturas relativas aos serviços executados caberá ao fiscal, titular ou substituto, designado para este fim, em caso de impedimento, ao Coordenador da CAOP.

14.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 15. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. Os serviços previstos nas alíneas “a” a “e” do subitem 1.2.2, deverão ser realizados, em um período contínuo em instituição no Brasil ou no exterior, desde que atenda as condições mínimas estabelecidas.

15.2. Os custos com as instalações e recursos onde serão realizados os cursos teóricos (Treinamento de solo - “GroundSchool”, “PBN/RNP” e “R/S/M”) e o simulador de voo serão de responsabilidade da Contratada. Assim como todo e qualquer custo referente a taxas de homologação ou cheque dos pilotos, também são de responsabilidade da Contratada.

## 16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. cometer fraude fiscal;

16.1.6. não manter a proposta.

16.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2.

Multa moratória de 0,1% (Hum décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

16.2.2.1. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, ainda que seja para reforço, aplicar-se-á multa de 0,7% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observando o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a administração contratante a promover a rescisão do contrato;

16.2.2.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

16.2.3. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

16.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

16.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 17. PROPOSTA DE PREÇOS

17.1. A proposta deverá ser identificada com a razão social e encaminhada preferencialmente, em papel timbrado do licitante, contendo os seguintes itens:

17.1.1. Nome do representante legal da empresa;

17.1.2. Preço único e individualizado dos serviços referentes às alíneas ‘a’ a ‘e’ do sub-item 1.2.2, relacionados à realização de curso de reciclagem para 04 (quatro) pilotos da aeronave KING AIR 350 e valor total da proposta, em moeda nacional, em algarismo e por extenso. Deverá individualizar também as taxas e custos com relação aos procedimentos de cheque de equipamento realizados no simulador.

- 17.1.3. Havendo divergência entre o valor unitário e total prevalecerá o unitário, e entre o expresso em algarismo e por extenso, o último.
- 17.1.4. Prazo de vencimento da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias.
- 17.1.5. Dados bancários da empresa, tais como número da conta corrente, agência e nome do banco da mesma.
- 17.1.6. CNPJ, telefone/fac-símile, endereço e e-mail.
- 17.2. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos.
- 17.3. A oferta deverá ser precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste termo de referência, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

18. **VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

- 18.1. O custo médio estimado total da presente contratação, para 04 (quatro) pilotos de King Air 350, é de R\$ 371.627,29 (trezentos e setenta e um mil seiscentos e vinte e sete reais e vinte e nove centavos).
- 18.2. Em pesquisa ao site da ANAC (<http://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/empresas/simuladores-de-voo-fstd/arquivos/Simulador.xls/view>), (SEI nº 5819411) verificou-se em 07/03/2018 em lista atualizada pela ANAC em 20/02/2018 que haviam 3 (três) empresas que possuem habilitação para o equipamento para o King Air 350. Porém, verificou-se em 07/03/2018 em lista atualizada pela ANAC em 20/02/2018 que a empresa TRU não consta na lista de equipamentos nível D publicado pela ANAC Sei nº5819520. De qualquer forma, entrou-se em contato com a empresa e a mesma respondeu que não possui representante no Brasil. O valor estimado da contratação foi obtido por meio de propostas comerciais de empresas que operam no ramo da aviação, e pelo preço de contratação verificado em consulta no Pannel de Preços cujos orçamentos encontram-se anexos.
- 18.3. O valor demasiadamente discrepante foi desconsiderado, de acordo com o previsto no § 5º do art. 2º da IN nº 3/2017 –MPOG.
- 18.4. A lista de Simuladores de Voo e Dispositivos de Treinamento de Voo, das empresas homologadas pela ANAC, encontra-se anexa ao presente procedimento. sei nº 5819411 e 5819520.

19. **AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

- 19.1. A Empresa deverá observar o disposto no art. 6º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, referente à sustentabilidade ambiental.
- 19.2. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela Polícia Federal ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

20. **DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 20.1. Não é permitida a divulgação dos serviços prestados pela empresa sem prévia anuência do CAOP/PF, bem como passarão a fazer parte da Polícia Federal quaisquer informações geradas a partir da execução dos serviços contratados.
- 20.2. O presente Termo de Referência deverá ser vinculado ao contrato, como condição de execução dos serviços.
- 20.3. A CAOP/DIREX/PF será o responsável para dirimir os casos omissos ou não previstos por este Termo de Referência.

21. **ANEXOS**

- 21.1. Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - 61 (RBAC 61): Sei Nº 5819339 .
- 21.2. Lista de Centro de Treinamento de Tipo - ANAC: Sei Nº 5819411 .
- 21.3. Lista de Simuladores de Voo - ANAC: Sei Nº 5819520

Brasília/DF, 29 de junho de 2018.

Elaborado por:

**Fernando Zoccarato Gomes**  
Agente de Polícia Federal  
CAOP/DIREX/PF

*Aprovo o presente Termo de Referência a fim de atender às necessidades da CAOP, devidamente justificadas no item 2, de acordo com o inciso II e §1º do art. 9º do Decreto nº 5.450/2005.*

**Paulo Henrique Oliveira Rocha**  
Delegado de Polícia Federal  
Chefe do SMAN/CAOP/DIREX/PF



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ZOCCARATO GOMES, Agente de Polícia Federal**, em 29/06/2018, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA ROCHA**, Delegado(a) de Polícia Federal, em 29/06/2018, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **7262022** e o código CRC **FB8245B**.